



**O SR. PRESIDENTE** (Goulart. PSD - SP) - Boa tarde a todos e a todas. É uma alegria muito grande poder participar, nesta tarde, desta audiência pública.

Declaro aberta a presente reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que atende ao Requerimento nº 291, de 2018, de minha autoria, e tem por objetivo discutir com o Presidente da ANATEL, Dr. Juarez Quadros, que se encontra ao meu lado, o panorama atual das telecomunicações no Brasil e a visão de futuro da regulação setorial.

Agradeço desde logo ao meu amigo Dr. Juarez por ter aceito nosso convite. Sou seu admirador desde a primeira vez em que fui tratar com S.Sa. alguns problemas de comunicação da Zona Sul de São Paulo. Agradeço ainda ao Deputado Sandro Alex, que sempre honra e orgulha esta Comissão, a presença.

Informo os procedimentos a serem adotados na condução dos trabalhos. O palestrante terá o tempo de 20 minutos para fazer sua apresentação, não sendo permitidos apartes. Os Parlamentares que tiverem interesse em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente na Secretaria. A lista de inscrição ficará disponível durante toda a exposição, na mesa de apoio à minha direita.

Encerrada a apresentação, será concedida a palavra aos Parlamentares inscritos, respeitada a ordem de inscrição, pelo tempo de 3 minutos. O palestrante disporá do mesmo tempo para as respostas. As interpelações feitas serão divididas em blocos de quatro Parlamentares.

Antes de passar a palavra ao nosso amigo e competente gestor público Dr. Juarez, gostaria de registrar que é com grande satisfação que nos reunimos hoje, nesta Comissão, para debater o panorama atual das telecomunicações e a visão de futuro da regulação do setor no Brasil.

Passados quase 20 anos da desestatização do Sistema TELEBRAS, vivemos hoje um novo ciclo no mercado das tecnologias da informação e comunicação, muito distinto daquele que motivou a reestruturação do modelo de prestação de serviços de telecomunicações, em 1997. Naquela época, a telefonia fixa ainda concentrava o principal foco na ação regulatória da ANATEL. Com a emergência de novas tecnologias, a Internet das Coisas, as aplicações da OTT e a quinta geração de comunicação móvel, essa realidade passou por profundas transformações. Os desafios das agências mudaram de eixo, mas nem por isso tornaram-se menos instigantes. Nesse cenário, novos temas



passaram a compor a pauta de ações do Poder Executivo e a agenda regulatória da ANATEL. Revisão do modelo de gestão do espectro, atualização do plano geral de metas da universalização, reavaliação do modelo de concessão e modernização das normas de qualidade dos serviços de telecomunicações são apenas alguns dos assuntos que têm despertado a atenção das autoridades do setor.

Esta Comissão também tem sido ativa na discussão e no acompanhamento das políticas de democratização do acesso às telecomunicações. Em março deste ano, recebemos, com enorme satisfação, a notícia do lançamento do Programa Internet para Todos e da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Temos ainda a expectativa de que, nos próximos meses, também vejamos publicado o tão esperado Plano Nacional de Internet das Coisas. Temos a firme convicção de que todas essas medidas serão fundamentais não somente para intensificar as ações de inclusão digital no País, mas também para estimular a criação e o ambiente propício de inovação, assim como a atração de novos investimentos para o setor.

Daí a importância do encontro que se realiza hoje. A ANATEL, que sempre se pautou por uma postura proativa e dinâmica no cumprimento de sua missão institucional, desempenha um papel crucial nesse processo. É em reconhecimento a esse trabalho que convidamos a Agência, na figura do seu representante máximo, a nos apresentar a agenda regulatória do órgão e a fazer uma análise crítica sobre as perspectivas que se vislumbram para a área de telecomunicação nos próximos anos.

Aproveito a oportunidade para reiterar nossa saudação ao Presidente Juarez Quadros e colocar esta Comissão à disposição da Agência para debater os temas que forem considerados essenciais ao sucesso da Política Nacional de Telecomunicações.

Concluindo esta breve fala, eu passo a palavra ao nosso ilustríssimo convidado, o Dr. Juarez Quadros, para sua exposição.

**O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO** - Boa tarde a todos e a todas. O Presidente já me colocou no rol de amigos, e também temos uma posição comum: somos corinthianos. Acabei de tomar um cafezinho na sala de S.Exa. em uma xícara do Corinthians, havia ali também um copo de água do Corinthians, e nós chamamos um são-paulino para beber da água no copo do Corinthians. Cumprimento também o caro Deputado Sandro Alex, aqui presente.



Sr. Presidente, obrigado pelo convite. V.Exa., assim como o Deputado Sandro Alex, está sempre junto nos assuntos relativos às telecomunicações no Brasil.

É importantíssimo o papel que os Parlamentares, como os dois Deputados aqui citados, desempenham, porque S.Exas. estão perto de nós, às vezes nos cobrando certas providências, trazidas até nós com o empenho que cabe ao papel de gestor público tentar resolver. Às vezes, não conseguimos, mas há um esforço não só por parte do Presidente da Agência, mas de toda a equipe que compõe, no caso específico, a Agência Nacional de Telecomunicações.

Então, já início agradecendo o convite para aqui estar justamente para falar sobre o panorama atual das telecomunicações no Brasil e uma visão de futuro na regulação setorial.

É claro que essa visão de futuro é mais uma previsão. O setor é dinâmico, com bastante inovação tecnológica, o que reboca toda a inovação regulatória. Temos na Agência uma equipe muito capaz, que vive a acompanhar o que acontece de avanço tecnológico e regulatório pelo mundo. E, no Brasil, nós temos uma rede que é a quinta do mundo na área de telecomunicações, justamente porque o porte dessa rede não fica nada a dever aos demais países. Nós temos mais de 323 milhões de acessos envolvendo todos os serviços, Deputados, quando se consideram os acessos de telefonia fixa, de telefonia celular, de banda larga fixa ou móvel, mais os acessos de TV por assinatura.

Essa rede dá essa representatividade ao Brasil. Somos ultrapassados apenas por países como China, Índia e Estados Unidos. Com isso, temos uma importância não só nacional, mas também mundial, uma vez que, com esse porte de rede e com o nosso quadro de profissionais, que participam dos eventos junto aos organismos internacionais, como a União Internacional de Telecomunicações — UIT e a Comissão Interamericana de Telecomunicações — CITELE, ainda mais quando o Brasil se une a outros países que são adeptos da posição, não digo de liderança, mas de induzir a questão da padronização, seja na área de frequência, seja na de certas políticas que se aplicam no âmbito nacional e mundial, a ANATEL se faz presente.

E aqui já faço aquilo que é nossa obrigação: agradecer. Os projetos de lei de orçamento federal que passam por aqui, seja na Câmara, seja no Senado Federal, e as propostas de orçamento são aprovados dentro daquilo que é necessário. Se havia algum corte, era no Executivo, e não no Legislativo. Tanto é que, registro, a Lei de Orçamento



aprovada no ano passado pelos senhores, pelo Congresso Nacional, já nos contemplou, e o Executivo não ousou fazer nenhum corte no valor que foi aprovado.

Para as necessidades que eu encontrei quando assumi a Presidência da ANATEL, em 2016, o orçamento aprovado pelo Congresso foi de 140 milhões de reais. O Executivo havia contingenciado e foi liberado somente 50% do valor. Ou seja, o orçamento que nós tínhamos para execução era de apenas 70 milhões de reais em 2017. Ainda em 2017, em função de muita cobrança e pedido de apoio junto ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, nós conseguimos subir esse valor para 98 milhões de reais, o que estava ainda aquém da necessidade da Agência.

Porém, para o ano em curso, é importante fazer um destaque. Nós estamos com orçamento aprovado pelo Legislativo e autorizado pelo Executivo dentro do que pedimos, de acordo com todas as nossas necessidades, para o exercício de 2018, que é da ordem de 205 milhões de reais, e esperamos poder executá-lo. E para o ano seguinte, 2019, já está em curso o trabalho de elaboração do orçamento, que será, de novo, da ordem de 200 milhões de reais, para que, já em 2019, a ANATEL não seja tolhida em sua capacidade justamente de regular, de outorgar e de fiscalizar os serviços de acordo com o que a sociedade exige. Isso tudo é resultado de um trabalho sobre o qual nós já fazemos o destaque. Os senhores sempre aprovaram os orçamentos que a Agência pedia, mas, infelizmente, por questões da ordem da crise econômica por que passa o País, havia outras prioridades e acabava a Agência tendo um orçamento restringido para a sua efetiva necessidade.

Mas, feito o registro ao Presidente da Comissão, com a assistência do Deputado Sandro Alex, isso é importante para que os senhores estejam sempre atentos no sentido de prestigiar aquilo que a Agência efetivamente precisa.

Como o senhor bem disse, estão completados 21 anos, e os senhores, tenho certeza, não discordam que o modelo brasileiro de telecomunicações está, sim, defasado da realidade. A prioridade dada na modelagem concluída em 1997, que foi para o serviço de telefone fixo comutado e que resultou na Lei Geral de Telecomunicações, como nós chamamos a LGT, não é mais suficiente, se nós considerarmos tudo o que vem acontecendo no decorrer desses últimos 20 anos.

Eu faço aqui a repetição do que tenho falado publicamente. No mundo, a telefonia fixa cresceu até o ano de 2006. De lá para cá, ela vem sendo reduzida mundialmente. Nós



tínhamos, até 2006, 1 bilhão e 260 milhões de acessos, e, ao final de 2017, esse número foi reduzido para 972 milhões de acessos pelo mundo. No Brasil não poderia ser diferente. A telefonia fixa cresceu até 2014, enquanto no mundo ela cresceu até 2006. Nós fomos um pouco além em função, certamente, da defasagem que tínhamos em relação àquilo que acontecia pelo mundo. Então, em 2014, no Brasil, nós acumulamos 45 milhões de acessos fixos e, até março de 2018, nós reduzimos isso para 40 milhões de acessos e 23 milhões de terminais fixos. Separando a parte que é mediante concessão da parte que é mediante autorização, 57% dos serviços são explorados em regime de concessão. Ou seja, dos 23 milhões de acessos aos serviços, Deputado Goulart, 57% são em regime de concessão, os outros 43% são em regime de autorização.

Pois bem, essas outorgas, sejam de concessões, sejam de autorizações, no serviço de telefone fixo comutado, são altamente sujeitas, em função da competição e da inovação tecnológica, à obsolescência, ou seja, à perda de utilidade. Eu mesmo às vezes me pergunto para que serve o meu telefone fixo em casa. Eu tinha três telefones fixos, reduzi para dois e estou pensando em reduzir para um, mas sei que há muitas pessoas aqui presentes que não têm mais telefone fixo em casa.

É claro que, além da inovação, há também uma ampla concorrência, não só entre o autorizado e o concessionário, que, às vezes, como falamos, oferece muito mais facilidades no serviço oferecido, como também com os não regulados, que são as famosas OTTs, ou seja, as operações *over-the-top*. Hoje, quem não usa WhatsApp aqui entre nós? Usamos, e com muita frequência. É uma comunicação que, se não queremos fazer em determinada hora, podemos deixar para depois. Se estamos em reunião e não dá para atender a uma ligação, no WhatsApp a mensagem fica registrada e, assim que há uma disponibilidade, podemos verificar qual é o recado.

Com tudo isso, é sabido por todos nós que o mercado de telecomunicações é uma peça fundamental no desenvolvimento da economia e da sociedade, seja qual for a nação. Nos setores de infraestrutura, a área de telecomunicações é uma das mais atraentes para o investimento privado. Por sorte, no Brasil, há somente uma operação que é explorada por empresa estatal em âmbito municipal, mas os demais serviços estão sendo explorados em regime privado por investidores que aportam recursos no País.

Também é importante mencionar, Deputados, que a competição na exploração dos serviços é um dos valores para o desenvolvimento e se inter-relaciona com outro, que é o



da universalização dos serviços básicos de telecomunicações. Eu digo que o serviço de telefone fixo comutado foi universalizado. Ele é explorado em regime de concessão, com deveres e obrigações de universalização e de continuada prestação de serviço, enquanto outro serviço, que não é explorado em regime de concessão, mas em regime privado — o serviço de telefonia celular —, está popularizado.

Eu sempre faço a distinção, Deputados, entre o que é universalização e o que é popularização. A universalização tem certas obrigações; já a popularização, que é o serviço prestado em regime privado, tem menos amarras do que a concessão. Com isso, permite-se um mercado com mais competição. Hoje, na telefonia celular, em alguns poucos Municípios ainda temos apenas uma ou duas operadoras, mas na maioria dos 5.570 Municípios brasileiros há quatro ou cinco operadoras em regime de ampla competição. Eu considero que a quinta é pequena, mas existe, apesar de não estar presente em todos os Estados. Mas, pelo menos, as quatro maiores estão essencialmente na maioria dos Municípios brasileiros.

O tempo passou, e o que acontece hoje? A mobilidade e a Internet tornaram-se, de fato, o que importa no mundo das telecomunicações, e, ainda, atraindo a conectividade. O modelo da Lei Geral de Telecomunicações, com os contratos de telefonia fixa que foram celebrados para vigorar até 2025 — eu sempre faço este destaque, porque, antes de ir para a ANATEL, eu já reclamava disso, Deputados —, já deveria ter sido revisto em 2010. Infelizmente, isso não foi possível. Em 2010, aconteceu, então, a antepenúltima revisão contratual, que valeu para um período de 5 anos, de 2011 a 2015. Em função de dificuldades junto às operadoras, por falta de reconhecimento de valores devidos, o empenho de 2011 está com o mesmo contrato valendo para o empenho em curso, que é de 2016 a 2020. Se nada for feito no sentido de atualizar o contrato, ele também irá vigorar para o quinquênio seguinte, de 2021 a 2025.

Há que se reclamar, e às vezes a sociedade reclama, com razão, que os serviços são caros. São caros, sim, justamente em função dos tributos aplicados ao setor. *Vide* agora o problema do combustível, que também é correlato à questão, principalmente, do imposto estadual. Eu entendo isso; se eu fosse Secretário de Fazenda em algum Estado, eu faria a mesma coisa. É preciso buscar recursos para a saúde, a educação, a segurança. Onde é fácil buscar esses recursos? Justamente no setor de energia, no setor de telecomunicações, no setor de petróleo.



Rapidamente, registro que a menor alíquota de ICMS é de 25% — isso no cálculo por dentro, porque, no cálculo por fora, ela sobe, já que não há outra maneira de calcular os juros, que totalizam quase 33%. A alíquota de 25% é praticada nos Estados do Acre, do Amapá, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Piauí, de Roraima, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo e do Tocantins. A alíquota seguinte, de 27%, é praticada nos Estados de Alagoas, do Ceará, do Maranhão, do Rio Grande do Norte e de Sergipe. A alíquota de 29% é praticada nos Estados de Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Goiás e do Rio de Janeiro. No Distrito Federal, a alíquota é de 28%. A alíquota é de 30% nos Estados do Pará, da Paraíba e do Amazonas, e de 32% no Estado de Mato Grosso. A maior alíquota é a do Estado de Rondônia, de 35%, mas, na hora em que se faz o cálculo do juro, que não é um juro simples, isso chega a mais de 35%. Coitados dos usuários dos serviços em Rondônia! Juntando os demais tributos, isso corresponde a mais de 50% do valor da conta. Por isso, então, o serviço é caro — é caro em função da sua tributação.

O fato é que há que se repensar o modelo. É imperioso fazê-lo. Eu sei que é muito complicado, em momentos econômicos difíceis, tentar mudar a tributação, tentar fazer com que se altere aquilo que se arrecada de FUST, de FUNTTEL, de FISTEL. É claro que, se não fosse observando a lei do FISTEL, a ANATEL não teria recuperado a sua necessidade orçamentária, porque foi justamente assim que nós fizemos apelos aos órgãos de controle e ao Executivo acerca da efetiva necessidade daquilo que a lei do FISTEL destina à ANATEL.

A lei do FISTEL, em seu art. 3º e suas alíneas, diz que:

*"Art. 3º Além das transferências para o Tesouro Nacional e para o fundo de universalização das telecomunicações, os recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações — FISTEL serão aplicados pela Agência Nacional de Telecomunicações exclusivamente:*

*a) (...) fiscalização dos serviços de telecomunicações existentes no País".*

Foi disso que nós nos valem, em busca do atendimento à necessidade que a agência tinha.

Mas, além da Lei Geral de Telecomunicações, há que se rever a lei do FISTEL e a lei do FUST. Dentro da condição que para nós foi colocada, Deputada, quanto a nossa visão de futuro, há, sim, que se tentar fazer uma revisão da lei do FISTEL e da lei do FUST, para que, quando o nosso amigo e nobre Deputado nos fizer cobranças lá na ANATEL a respeito



de Parelheiros, Município de São Paulo, possamos dar a ele uma resposta mais eficaz. Eu sei que aquela região tem baixa densidade populacional, mas tem pessoas, tem produção agrícola e tem negócios, ainda que numa escala relativa. Se o recurso que é trazido justamente do FUST pudesse ser levado para um outro trabalho de universalização ou de popularização num outro serviço que não o da telefonia fixa, seria muito mais fácil fazer isso. É o que o Deputado sempre pondera quando conversamos: falta atendimento de telefonia celular na região, no Distrito de Parelheiros, dentro da Capital de São Paulo.

Se falta atendimento em plena Capital do Estado de São Paulo, certamente o Deputado Sandro Alex conhece alguma localidade em seu Estado na qual também falta atendimento. Hoje, os pedidos que os Deputados nos fazem decorrem, certamente, de cobranças de comunidades em que os senhores têm como base eleitoral. Seus eleitores e os empresários locais fazem cobranças de certas coberturas, que são necessárias até para o engrandecimento da economia, seja municipal, seja estadual, seja nacional.

Infelizmente, por limitações regulatórias, por atratividade nos editais que a ANATEL tem que elaborar, em algumas vezes há uma obrigação de cobertura que, *versus* o viés arrecadatório, vai ter que repassar na arrecadação. Os recursos que são arrecadados pela ANATEL quando ela realiza as licitações de frequência vão para o Tesouro, justamente para o FISTEL, e acabam não ficando para o setor de telecomunicações, sendo destinados a outras necessidades que a União tem.

Estamos pleiteando junto à área econômica do Governo Federal que, nos futuros editais da agência, o viés arrecadatório seja trocado pelo compromisso de abrangência, para que, nos locais onde a receita auferida pelo explorador do serviço não seja economicamente plena, ele possa ter uma complementação e, com isso, consiga cumprir as obrigações da cobertura necessária. Muitas vezes, grandes propriedades, principalmente do agronegócio, produzem riquezas e precisam de atendimento, seja ele feito por fibra ótica, que, às vezes, é difícil de passar até próximo daquele distrito, seja feito por uma cobertura de antena celular, que, talvez, dada a densidade, a empresa não leve até lá, ou seja por satélite, o que também é possível complementarmente a essas tecnologias e resolva o problema do acesso em alguns pontos do País.

Hoje, dependendo da banda utilizada pela exploração do satélite ocupando uma certa posição orbital no espaço, já é possível fazer atendimento com até 10 megabits por segundo com uma antena pequena apontada para um satélite, permitindo a comunicação. Essa





comunicação a que me refiro não é nem de voz; hoje, o que todos nós precisamos é justamente do acesso à banda larga.

Bom, é claro que eu estou falando de banda larga, que é realmente o grito que ouvimos. Hoje, nós escutamos esse grito vindo de 57% dos 69 milhões de domicílios brasileiros que se encontram desconectados, porque não contam com acesso fixo à banda larga. Estou falando aqui de acesso fixo à banda larga, que pode ser permitido, seja por fibra, seja por satélite ou também na hora em que se instala um acesso, mesmo usando a tecnologia do celular.

Esse tipo de acesso é o Serviço de Comunicação Multimídia. Se nós falarmos em SCM, é muito mais fácil falar em acesso à Internet, que é o que todos nós hoje temos como necessidade. Mas, ainda assim, esse é um serviço que cresce a cada dia que passa e se torna essencial. Tanto que de 2014 para cá esse serviço aumentou de 24 milhões de acesso para cerca de 30 milhões. Esse é um crescimento significativo da ordem de 23%.

É claro, Deputados, que na ANATEL o nosso foco continua sendo o consumidor. Isso acontece via medidas regulatórias, das quais às vezes as empresas reclamam, mas elas são necessárias, porque elas ampliam e asseguram direitos aos consumidores, além de obrigarem as prestadoras de serviços a adotarem medidas eficazes para solução de conflitos perante seus clientes.

Se nós comparássemos o ano de 2017 com o de 2016, as queixas contra as teles reduziram em 13%. Essa redução é positiva. Eu sempre afirmo, mas elas podem e precisam ser menores. Eu não gosto de ser 1%. Eventualmente, nós estamos atendendo 99%, sim, mas se eu sou 1%, se é o Deputado Goulart ou Deputado Sandro Alex — ainda mais com a voz que os senhores têm na Casa —, isso repercute negativamente. É claro que o ideal é tentar chegar mais próximo dos 100%, mas houve uma senhora redução da ordem de 13% nas reclamações.

Sabemos que falta acesso de serviço móvel pessoal com tecnologia 3G e 4G. Se formos olhar a presença de tecnologia, perceberemos que ainda há muitos lugares em que nós estamos ainda atendendo a sociedade brasileira com a tecnologia de 2G. Quando puxamos o nosso terminal, Deputado, é possível saber se a tecnologia está em 3G ou 4G. E não queira ficar em 2G porque, na hora, o senhor vai pegar o telefone e reclamar para mim.



É claro que as empresas estão avançando. Ainda hoje, na reunião do GIRED que aconteceu às 10 horas da manhã na ANATEL, nós deliberamos que amanhã seja desligado o sinal analógico de televisão nas cidades de Belém, Manaus, Teresina, João Pessoa, Aracaju, Maceió e Natal, no Rio Grande do Norte. Essas são mais sete Capitais em que se desliga o sinal de televisão utilizado para transmissão analógica e se passa a transmitir o sinal digital. Então, amanhã, à meia-noite, nessas sete Capitais e nas áreas metropolitanas em volta delas, ficará no ar somente o sinal digital.

É mais fácil, então, dizer o que falta fazer nessa área, porque São Paulo e Curitiba, inclusive nas suas áreas metropolitanas, já estão liberadas, tanto que hoje também nós terminamos a fase que nós chamamos de mitigação, para liberar a operação de 4G em 700 mega-hertz nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba. Já está liberada no Rio de Janeiro desde o mês passado. Na hora em que se desliga o sinal analógico, Deputados, ainda é preciso um tempo, que nós chamamos de tempo de mitigação, para fazer uma checagem de campo, com bastante engenharia, para ver se não há interferência do sinal desligado e do sinal que vai ser ativado para a operação do celular, de modo a verificar se ele vai ou não provocar alguma interferência, seja no próprio serviço de celular como também no serviço de radiodifusão de televisão aberta, no caso. Com isso, o Rio de Janeiro já foi liberado para iniciar a operação de 4G em 700 mega-hertz. Hoje se concluiu, então, a fase de conferência de todos os testes feitos em campo na Grande São Paulo, na Grande Curitiba e na Grande Porto Alegre. Em questão de poucos dias, também essas outras três Capitais iniciarão já a exploração do serviço de 700 megahertz em 4G.

Na hora em que o 4G com essa frequência passa a ficar disponível para o usuário, com um telefone celular destes, nós podemos chegar até 45 megabits por segundo, ou mais, num aparelhinho desses. Isso é uma vantagem competitiva entre as empresas que adquiriram a frequência e também é uma vantagem para o usuário porque, por falta, talvez, de uma rede fixa de acesso à banda larga, com um celular destes ele vai ter a possibilidade de acessar altas velocidades de acesso à Internet, velocidades essas que poderão ir, no mínimo, a 45 megabits por segundo ou mais.

É claro que, se falta acesso a serviço móvel pessoal usando essas tecnologias com essas outras frequências, falta também, em grande parte do País, Deputado Goulart, solução com satélites de nova geração, que são os satélites que nós chamamos de HTS, que vem de *high throughput satellite*, que emprega uma banda que nós denominamos como



Ka, que visa conectar propriedades rurais ou empreendimentos agropecuários à Internet em banda larga com melhor qualidade, quando falta, principalmente, o acesso fixo para essa condição de conectividade.

Então, há um potencial enorme para o desenvolvimento socioeconômico pelo o interior do País. Os senhores são Deputados, têm as suas áreas de atuação, mas conhecem o Brasil inteiro. Vivemos, sim, num país de dimensões continentais e com diversidade de atrativos culturais, históricos, ecológicos. Isso tudo também pesa no trabalho político que os senhores fazem.

No ano de 2017, na ANATEL, nós recebemos visitas como a que os senhores e outros Parlamentares têm feito, pessoalmente, levando demandas institucionais que são bem representadas pelos senhores, mas não somente aqui do Poder legislativo, mas dos três Poderes. Eu destaco que, além do Poder Legislativo, vão demandas de todas as esferas, principalmente do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais, que demandam bastante, solicitando providências para a ampliação da cobertura de serviços de telecomunicações. Eu já tive que justificar, mas, às vezes, tenho dificuldades em dizer a outros Parlamentares ou representantes, principalmente do Ministério Público, como é difícil explicar que não há cobertura de serviço móvel pessoal em muitos distritos não sede ou até em distritos-sedes de certos Municípios. Entendo que, com o apoio dos senhores, nós poderemos avançar nessa condição de trabalho.

No plano internacional, eu faço destaque aqui — e é importante que os senhores saibam também — para que hoje, em função do orçamento disponível, a ANATEL voltou a ter presença constante em grandes fóruns mundiais de discussão e debate, principalmente agora, da governança da Internet, da segurança cibernética, da questão da proteção de dados. Inclusive, aqui no Congresso, há projetos de lei tratando justamente da proteção de dados e também da defesa do consumidor.

O Brasil tem liderado temas nessas áreas, focando principalmente na acessibilidade, no problema do consumidor com a transição analógico-digital. Faço destaque para o processo que está modificando a televisão brasileira — os dois sinais estão no ar, tanto o digital quanto o analógico —, para que se deixe no ar somente o sinal digital nas cidades que eu já mencionei do Norte do Nordeste. No próximo mês, agosto — a data prevista é 14 de agosto —, aí, sim, nós iremos fazer com que todas as capitais brasileiras estejam simplesmente com o sinal digital de televisão. Ainda falta desligar o sinal analógico em sete



capitais. Justamente na Região Centro-Oeste, falta Campo Grande, em Cuiabá. No Norte, subindo, passamos por Palmas; depois por Rio Branco, no Estado do Acre; e por Porto Velho, no Estado de Rondônia. Indo mais ao extremo norte, passamos por Boa Vista, lá em Roraima; e depois por Macapá, no Estado do Amapá.

A televisão brasileira — os senhores, aqui nesta Comissão, também tratam desse assunto — é uma das melhores do mundo, a TV aberta, porque é livre e gratuita. Com o sinal digital, ela terá, sim, a qualidade melhor tanto de som quanto de imagem. Isso tudo é um trabalho no qual já estamos, pelo menos nas capitais, em fase de desenvolvimento para que aconteça em 14 de agosto. No dia 5 de dezembro, todo o interior do Estado de São Paulo, todo o interior do Estado do Paraná e todo o interior do Estado do Rio Grande do Sul estarão atendidos, ou seja, do oeste em direção às fronteiras sul-americanas. Essa área toda ficará com o sinal digital até o final de dezembro. Há ainda algumas outras áreas, não capitais, em alguns Estados do Norte e Nordeste, que são muitos, onde também temos a previsão de acontecer até o dia 5 de dezembro. Isso tudo é um trabalho — eu sempre faço o destaque de uma política pública que a ANATEL estabeleceu via edital de licitação em 2014 — fruto do edital que permitiu justamente a exploração da faixa de 700 mega-hertz em quarta geração, ou seja, com a tecnologia LTE pelo interior do Brasil todo, o que libera a frequência de 700 mega-hertz para um outro serviço que foi pago pelas operadoras de telefonia celular, que assumem a frequência de 700 mega-hertz para poder fazer um atendimento melhor para os usuários de banda larga, permitindo o acesso à banda larga.

É claro que isso só é parte daquilo que os senhores nos pedem aqui, Deputado Goulart, para falar, mas também há uma questão muito importante na agenda regulatória da agência que dispõe sobre a reavaliação da regulamentação, visando reduzir a barreiras regulatórias e expandir um novo serviço que já está presente e que tem uma evolução fantástica, que é justamente a Internet das Coisas.

Nós estamos aguardando o Plano Nacional de Internet das Coisas, que será aprovado por um decreto presidencial. Trata-se de um trabalho elaborado no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sob o comando do Ministro Kassab. Essa é uma iniciativa multi-stakeholder, como nós chamamos. A política está pronta e deverá ser sancionada, assinada pelo Sr. Presidente da República, para que a ANATEL, que já vem acompanhando os trabalhos, conduza os trabalhos relativos a toda infraestrutura desse Plano Nacional de Internet das Coisas. Esse é um dos desafios a ser tratado aqui no Brasil,



porque ainda há indefinições, dentro daquilo que o senhor pergunta no seu requerimento, Deputado Goulart, quanto à questão da necessidade ou não de outorga para explorar esse serviço.

A assimetria regulatória será necessária para solucionar a questão, se ele vai ser um serviço baseado em SMP e em outras tecnologias. E aí vem uma questão bastante sensível, na qual se definirá qual será a taxa a ser aplicada relativa ao FISTEL, que é a Taxa de Fiscalização de Instalação e a Taxa de Fiscalização de Funcionamento, para as aplicações de IoT ou de Internet das Coisas.

Ainda falando de agenda regulatória, tentando atender à demanda que os senhores nos fazem, seria interessante dizer mais coisas sobre isso. Na agência, o Conselho Diretor trabalha com um planejamento estratégico, seguindo essa regulação de agenda no sentido de regular, outorgar e fiscalizar esses serviços. E eu destaco para os Srs. Deputados que isso acontece ainda que haja disposições restritivas ao setor. Digo que o setor está assim, engessado, porque o ambiente legal que regula o setor está defasado em relação ao ambiente real. Os senhores sabem bastante disso. Mas, ainda assim, entendo que há motivo para comemorar os resultados que se têm conseguido. O que eu reclamo é que esses resultados ainda poderiam ser muito mais comemorados, se fossem atendidas as demandas que se sucedem, provocadas principalmente pela disrupção econômica por que passa o mundo em função da transformação tecnológica. E o Brasil é um país importantíssimo perante os demais países no nosso planeta. E a disrupção econômica também ocorre aqui no Brasil.

É claro que os avanços e as prioridades governamentais ocorrem e provocam resultados incontestáveis em várias áreas. Isso é mérito justamente do Governo Federal, como a menor inflação na história do Plano Real e as menores taxas de juros na nossa história. É pena que esteja havendo um problema no momento, mas tivemos os dois maiores superávits comerciais e duas safras agrícolas recordes. Espero que a crise pela qual estamos passando seja breve, para que não prejudique a produção agrícola brasileira. Estamos justamente finalizando a segunda safra agrícola recorde. E aí eu faço um apelo aos Srs. Deputados. A infraestrutura de telecomunicações também precisa ter inserida na atenção política. Os dois Deputados aqui presentes tratam disso — e já lhes agradeço de antemão —, mas é preciso que haja um todo envolvido, dando essa atenção política, pelo



fato de o setor de telecomunicações conter o desígnio de auxiliar as transformações que são necessárias para o desenvolvimento do País.

Estávamos passamos pela crise do combustível aqui. Por sorte, na ANATEL, há um sistema de vigilância junto às operadoras. Então, o que nós fizemos foi dar um *upgrade* na gestão. A área sensível, que trata do relacionamento junto às empresas, foi mais bem assistida por outros níveis gerenciais da agência. Hoje, junto com o Gabinete de Segurança Institucional, nós estamos participando do Gabinete de Crise, com servidores operando lá dentro.

Junto aos Estados, nós também acionamos as equipes que temos nas 27 unidades da Federação, em que estão também profissionais nossos atuando em todos os Estados, junto aos Gabinetes de Crises de nível estadual, a fim de que não falte combustível.

Não pensem que nós temos uma independência. Um grande insumo para o setor de telecomunicações é a energia. Contudo, mesmo tendo o insumo que é suprido pela energia comercial, por segurança, em todos os pontos sensíveis da rede, Deputado Goulart, nós temos grupos geradores que queimam óleo *diesel* também. Nessas circunstâncias, as operadoras têm que estar com os tanques de óleo *diesel* prontos para suprir eventuais faltas de energia comercial.

Sobre isso tudo, nós já alertamos tanto o grupo que controla a crise em nível federal quanto o que controla em nível estadual, bem como as equipes de manutenção, que se deslocam com veículos para fazer reparos. Se faltar um telefone fixo hoje, talvez não reclamem tanto; mas, se faltar a conexão de um computador para acessar a banda larga, em algum escritório ou em algum domicílio, se a equipe da empresa que operar o serviço não tiver mobilidade para ir fazer o reparo, isso será um problema.

E já nem falo tanto nisso, porque tivemos que estabelecer prioridades, mas foram estabelecidas prioridades para as áreas de segurança, principalmente segurança pública. O Corpo de Bombeiros e as Forças Armadas também dependem do setor de telecomunicações. Por sorte, fomos ouvidos.

E isso tudo está acontecendo em função dos 1.600 servidores de que ANATEL dispõe no País. Seja lá no limite, em Boa Vista, seja no Sul, em Porto Alegre, o nosso pessoal está todo em campo, vendo onde é necessário dar alguma assistência à operadora dos serviços — e são várias —, no sentido de facilitar. Esses dias, já tivemos que solicitar, no que fomos atendidos, o acompanhamento de caminhões-tanques por forças de segurança, para que



não faltasse óleo *diesel* nos grupos geradores das instalações das empresas ou nos veículos que precisavam ser deslocados, veículos da frota das empresas que também prestam serviço ao setor.

Para finalizar, eu vou falar da questão da conectividade rural, uma vez que também é necessária. Hoje, quando se vai a eventos, em meio ao lançamento de máquinas, sensores, drones, robôs, assiste-se — está aqui uma jornalista que trabalha bastante nesse setor, e nós já a acompanhamos e até participamos de alguns eventos como convidados, representantes do Conselho Diretor ou da equipe técnica da ANATEL — a um bom debate sobre a questão do agronegócio. Recentemente, acredito que tenha sido na semana passada, houve um evento — não sei se em Mato Grosso do Sul ou em Mato Grosso — em que a comunidade rural reclamou muito da falta de conectividade no campo. Essa falta de conectividade inviabiliza o manuseio de tecnologia pelos agricultores.

Por isso, temos que dar atenção muito firme à questão, para aumentar a produtividade da economia, principalmente quando se trata de um setor independente da atividade econômica e fundamental para a riqueza do País, justamente o agronegócio.

Para finalizar, Deputado, lembro que já se passaram 20 anos da privatização do setor, que promoveu, sim, um ambicioso desenvolvimento das telecomunicações no País. A perspectiva que se abre para a sociedade é a solução do problema institucional que vivemos.

Por isso, reitero aos Parlamentares o pedido de apoio, pois sequer se vislumbram as vésperas do dia em que se irá conseguir uma vigorosa revisão do modelo de telecomunicações brasileiro. O País precisa, sim, de uma estratégia de políticas voltadas ao novo ciclo de transformações trazidas pelas tecnologias absolutamente disruptivas, que exigem novas estratégias ou mudanças de curso nas estratégias que estão em vigor.

Para isso, reforço aqui a necessidade de que os agentes públicos responsáveis pelas políticas de telecomunicações no País se relacionem de forma articulada. Eu talvez seja saudosista, mas ressalto, no período compreendido entre 1995 a 1998, o fato de um colega dos senhores, o Deputado Eduardo Magalhães, ter-se envolvido com o tema, fazendo com que houvesse — usando esta palavra — conectividade. E todos os Poderes constituídos da República agiram, sim, com coragem, com vontade e com muita atenção. Portanto, este é o apelo que eu deixo aos senhores.

Agradeço o convite de poder estar e falar nesta Comissão.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Goulart. PSD - SP) - Agradeço muito os esclarecimentos prestados por esse nosso grande conhecedor do assunto, uma das maiores autoridades do nosso País!

Gostaria de perguntar ao Deputado Sandro Alex se quer fazer uso da palavra.

**O SR. SANDRO ALEX** (PSD - PR) - Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, Deputado Goulart.

Quero cumprimentar também o nosso Presidente Juarez.

Eu gostaria de ser bem objetivo. Nós tivemos ontem uma comunicação feita pelos representantes das empresas de telefonia, preocupados com a greve e com a possibilidade de efeitos no setor de telecomunicações do País. Eu quero, com objetividade, Presidente, saber se realmente o País corre riscos, com a iminência de continuidade dessa greve, de cortes nas telecomunicações ou problemas com Internet. Corremos realmente o risco de termos algum corte de comunicação no País em virtude dessa greve? Esta é a primeira pergunta.

Eu acho que é a oportunidade de a Comissão falar, de a ANATEL se pronunciar de forma oficial, porque há até um pânico dentro das redes sociais. Acabam viralizando notícias de que haverá cortes, de que o Governo pode fazer determinadas ações. Sabemos que isso também faz parte de outro tema que estamos abordando aqui, que são as notícias falsas. Mas também há um documento das empresas em que se destaca essa preocupação. Eu gostaria, no dia de hoje, de um comunicado oficial do senhor para a Casa.

**O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO** - Obrigado, Deputado.

O risco de interrupção é constante, como V.Exa. bem destacou, neste momento de crise. Daí a atenção máxima que nós demos ao trabalho de acompanhamento, que é responsabilidade da Agência.

Nós temos pontos sensíveis pelo País inteiro. Eu não posso dizer que eu tenho na cabeça toda a rede nacional, mas chego a ter a impressão digital em algumas partes dela, afinal de contas já estou — não gosto de falar muito — com meio século de atividade profissional. A rede é muito exposta, então na Agência nós temos uma área que trata de controlar esses pontos críticos e sensíveis. Na hora em que, como já destaquei, eventualmente nos faltar energia, até mesmo a do óleo também, isso será preocupante.





Eu sei que as empresas estão com seus tanques de combustíveis, nos pontos sensíveis, abastecidos. Já fizemos a conferência disso. Há uma equipe bem significativa acompanhando todo o desdobramento dessa crise, que está passando. Temos agido junto ao Governo Federal e aos Governos Estaduais, às pessoas próximas dos Srs. Governadores ou das entidades de segurança, como Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, no sentido de que dar garantia e segurança, para que não haja... Até o momento não houve nenhuma interrupção.

**O SR. SANDRO ALEX (PSD - PR)** - Não há nenhum caso no País, até o presente momento?

**O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO** - Não, não houve caso de serviço interrompido. Houve necessidade de mobilização para garantir o transporte de combustível. Em alguns Estados, isso já está ocorrendo. O próprio Gabinete de Crise, em nível nacional, enquadrou, sim, o setor de telecomunicações como sendo um dos prioritários. Então, não temos registros.

Temos registro, sim, de apelos: *"Estamos precisando de combustível, por redundância, por segurança"*.

**O SR. SANDRO ALEX (PSD - PR)** - Então, nós chegamos a ter momentos críticos, em que poderia haver uma falta de combustível, gerando a interrupção de comunicação no País.

**O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO** - Ou, pelo menos, a mobilidade de equipes ou o suporte de redundância, para que uma eventual falta de... Vamos supor: em alguns lugares, sabemos, a geração de energia comercial é térmica; se nestes pontos — e já estou falando de outro sistema, a rede de energia — em que a geração é térmica viesse eventualmente a faltar abastecimento para produção de energia comercial com geração térmica... A empresa operadora nessa área tem a necessidade de grupos motogeradores, alimentados também por combustível como o óleo *diesel*, porque ela não pode falhar. Então, enquanto fosse resolvido o problema comercial — vamos chamar assim — da geração da distribuidora de energia elétrica ao setor de telecomunicações, ele ali estaria também com a redundância necessária para que não sofresse interrupção. Até o momento, nenhum caso desses aconteceu.

**O SR. SANDRO ALEX (PSD - PR)** - Nós temos reservas para quantos dias ou quantas horas, de acordo com a avaliação da ANATEL? Para as próximas 24 horas ou 48



horas? Se a greve se prolongar, qual é a reserva que o País tem? Enfim, quais são os números que nós temos, dentro do seu setor?

**O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO** - Em função da minha experiência e da minha prática de campo, eu posso dizer que nós trabalhamos, mesmo nos sistemas de segurança, com redundância. Por exemplo, nós costumamos dizer que a nossa redundância sempre existe. Essa é uma prática antiga, que vem ainda da época da TELEBRAS, em que não se tem nesses pontos sensíveis sequer um grupo: sempre há, no mínimo, dois grupos, com dois tanques. Então, há uma segurança relativa. Agora, entendo que essa crise não pode demorar tanto, porque há sempre um limite.

**O SR. SANDRO ALEX** (PSD - PR) - É preocupante, então.

**O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO** - Então, é preocupante, mas até o momento, de acordo com as informações de que dispomos...

Para isso, estamos com 27 gerentes regionais alimentando os sistemas. Além do Gabinete de Crise, em nível federal, que funciona no Ministério da Defesa, nós temos um centro que já é rotineiro na ANATEL.

Por exemplo, há um acidente ao longo de uma rodovia, com dano em cabo ótico. De imediato, a empresa comunica isso à Agência. Há uma gerência específica para isso na ANATEL. Essa gerência foi inclusive reforçada esses dias para ter todo esse acompanhamento, porque a empresa tem também equipes de manutenção em postos estratégicos. Mesmo que haja a eventual quebra de uma fibra ou acidente numa torre, num poste, as operadoras, no caso, têm equipes próprias para suprir num determinado tempo de controle, em termos de horas, para repor o serviço.

Graças a Deus, isso não ocorreu! E espero que isso não aconteça. Ou seja, estamos a postos, sim, acompanhando todo o desdobramento, em paralelo a essa crise que acontece no setor de combustíveis.

**O SR. SANDRO ALEX** (PSD - PR) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Goulart.

Muito obrigado, Presidente Juarez.

**O SR. PRESIDENTE** (Goulart. PSD - SP) - Obrigado, Deputado Sandro Alex, pela participação.



Presidente Juarez Quadros, V.Sa. falou, logo no início, a respeito da questão tributária. As regiões mais longínquas e carentes, como é o caso de Rondônia, têm uma carga tributária que torna praticamente proibitivo o avanço do setor de telecomunicações.

Nós estamos vivendo um momento importante aqui na Câmara, com a reforma tributária. O Deputado Luiz Carlos Hauly é o Relator. Tenho conversado com ele sobre o problema de diversos segmentos. Na semana passada, inclusive, tivemos aqui em Brasília um encontro, um congresso do setor de telecomunicações, e uma grande preocupação foi essa questão da carga tributária. No caso, V.Sa. já dialogou ou tem conhecimento de que o setor está dialogando com o Deputado Hauly?

Em muitos casos, a carga tributária é exorbitante. Em setores fundamentais, como o das telecomunicações, eu vejo que deveria haver uma redução drástica ou, pelo menos, o custo zero. Nós hoje estamos vendo que há uma sanha arrecadatória em determinados segmentos, como no caso do óleo *diesel*, que está levando o País à paralisação total.

Todo o transporte da economia brasileira acontecia via ferrovia. Em função de um *lobby* das indústrias montadoras que vieram para o Brasil, nos anos 60, estagnou-se o investimento em ferrovias. Hoje, a produção agrícola e a de outros importantes segmentos são transportadas sobre caminhões.

Com uma política em que se aumenta o preço a cada dia, realmente não há como o transportador, seja empresa, seja transportador individual, dar conta. Portanto, eu queria saber do senhor se têm sido feitas essas comunicações.

Animo-me muito quando V.Sa. diz que caíram em 13% as reclamações. Muitas das reclamações, a grande maioria delas, são justas. Eu mesmo, como V.Sa. pôde dizer no início da sua fala, tenho reclamado muito. Fui, a princípio, à ANATEL, mas fiz contato com todas as empresas de telefonia. A cidade de Parelheiros está situada numa das maiores metrópoles do mundo, São Paulo, a quarta maior metrópole do mundo. Trata-se de importante região, e não só pelo número de pessoas que tem: embora esteja dentro da cidade de São Paulo, é uma área rural. Na região de Parelheiros, cerca de 80 mil ou 100 mil pessoas não são atendidas pela rede de telefonia celular. E, por acaso, lá passa também uma importante alça do Rodoanel Sul, em que aproximadamente uma extensão de 34 quilômetros também não é atendida pela telefonia celular.

A partir dos contatos que tive, e pela excelência do atendimento que recebi por intermédio de V.Sa. e também da sua Assessoria, eu pude entender um pouco melhor esse



processo. Tenho dialogado com representantes de empresas das suas entidades representativas e hoje tenho uma visão geral da burocracia que há para a implantação das torres de transmissão da telefonia celular. Na própria cidade de São Paulo, nós temos um projeto, que deverá ser aprovado nos próximos dias, para a permissão da instalação de telefonia celular nos distritos, inclusive nessas áreas rurais, o que me permite, como conhecedor da causa, ser mais útil para dinamizarmos esse serviço.

Há uma série de questões que nós anotamos. Sobre algumas V.Sa. acabou falando, inclusive a respeito da Internet das coisas. Num seminário que aconteceu nesta Casa na semana passada, nós discutimos a questão da proteção de dados. Existem denúncias de vazamento de dados, inclusive no setor de telecomunicações. A ANATEL estaria preparada para desempenhar, no todo ou em parte, as funções das autoridades de proteção de dados.

Eu fiz uma série de colocações, e esta foi uma delas: há agências e agências, e vejo que a ANATEL é fundamental. Quando você tem uma equipe preparada, quando você tem a sensibilidade de dar respostas à sociedade, as pessoas certamente vão à busca de solucionar os seus problemas. Existem algumas Agências com as quais, infelizmente, nós temos tido muita dificuldade. Tanto com a ANATEL quanto com a ANTT, já realizamos várias discussões na Comissão de Transportes. Eu compus aquela Comissão por alguns anos e tive a oportunidade de ver como houve a sensibilidade, em determinados casos, de ouvir quem realmente recebe a demanda e juntos solucionarmos os problemas. E a mesma coisa tem ocorrido com a ANATEL. Eu tenho certeza de que é por causa desse pronto atendimento que se vai diminuindo, cada vez mais, o número de reclamações.

Nós temos o desligamento dos sinais analógicos e vemos a importância do sinal digital para a qualidade da televisão brasileira. Isso é de fundamental importância. Por isso, quero cumprimentá-los pelo brilhantismo do trabalho! Eu sei da dificuldade que existe. Tenho acompanhado os deslocamentos não só dos técnicos da ANATEL como também do Ministro Gilberto Kassab e de sua equipe, que têm rodado o Brasil todo para acompanhar a evolução da tecnologia analógica.

Temos uma preocupação com relação à liminar que determinou a suspensão do início do Programa Internet para Todos. Gostaríamos que V.Sa. comentasse a questão. A banda larga é de fundamental importância. Nós temos trabalhado não só na capital mas também em muitas cidades do interior. V.Sa. discorreu a respeito da importância da tecnologia para a agricultura e de quanto a banda larga poderia ser importante para o desenvolvimento



tecnológico nos equipamentos agrícolas. Portanto, eu gostaria que V.Sa., aproveitando suas considerações finais, comentasse o que eu falei, mencionando inclusive o que poderíamos fazer juntos.

No que diz respeito ao assunto abordado pelo Deputado Luiz Carlos Hauly — posso receber por escrito, depois, as propostas do setor —, qual seria, na visão de V.Sa. e de sua equipe, a carga tributária justa e exequível?

No que diz respeito às outras considerações, o que V.Sa. teria a dizer?

Obrigado.

**O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO** - Obrigado, Deputado. Começo pela última questão.

O ICMS é um tributo estadual, que a União não regula. Vemos agora o problema do combustível. É reclamado e justificado pelo próprio Governo Federal que o maior agravante, que o maior ofensor no preço do combustível é o ICMS.

Eu declinei, aqui, das alíquotas dos diversos Estados e até entendo a dificuldade de cada Governo Estadual em tentar fazer essa redução. Sempre que temos oportunidade, batemos nessa tecla da questão do ICMS. Eu, estando aqui presente, não teria como deixar de levantar esta questão.

É claro que o Deputado Luiz Carlos Hauly — que é uma autoridade, em função do Estado que representa na Câmara, o Paraná, um Estado que tem importância econômica significativa, tal como São Paulo — está tentando uma orientação possível para a questão do tributo, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o famoso ICMS, ainda que no Estado do Deputado Luiz Carlos Hauly este imposto esteja na alíquota de 29%. Imagine V.Exa. como estaria um Deputado pelo Estado de Rondônia, onde a alíquota é de 35%!

Conhecemos bastante o Deputado Luiz Carlos Hauly de outros momentos de governo. A causa é justa, e espero que ele consiga. Eu sei das dificuldades, pois, agora mesmo, no âmbito do combustível, já houve reação. Não sei o número a que se chegou, mas quase dez Governadores reagiram à questão do ICMS, porque eles têm dificuldade também em poder ceder. Mas esse é um tributo muito fácil de arrecadar.

Eu já fui operador também e, no meu tempo de Sistema TELEBRAS, era muito fácil negociar com o Secretário da Fazenda Estadual, porque ele, às vezes, queria não apenas receber, mas receber antecipado o que lhe era devido no recolhimento de ICMS. É claro



que eu também tinha interesse, então, eu negociava: "*Quanto você dá de desconto se eu pagar antecipado?*" E dada a necessidade do Estado, ele aceitava e dava um desconto para receber antecipadamente. Então, eu sei como certos Estados vivem em função da dificuldade, das circunstâncias econômicas.

Eu reclamo, mas eu confesso ao senhor que eu não sei qual seria a solução para o problema do ICMS. Eu continuo reclamando, e reclamo mais até como usuário, porque esse recurso não fica na empresa. Ele passa pela empresa, mas nós, usuários, é que pagamos esses tributos todos. Com isso, quem é prejudicado na verdade é o consumidor, que tem que pagar esse tributo, e o ofensor na cesta de tributos é justamente o ICMS. Espero que o Deputado Haully tenha condição de prosperar nessa jornada de ver como tratar essa questão tributária.

A questão da agricultura, que o senhor mencionou, é importantíssima, uma vez que o Brasil é um grande produtor mundial nessa parte do agronegócio, seja em proteína, seja em todos os demais produtos a que a agricultura brasileira se volta. Nós somos um país que tem um potencial agrícola fabuloso e somos um dos maiores países que vendem para o mundo o que produz com a sua agricultura. Mas, para essa agricultura ser ainda mais importante, dentro dessa condição de competição mundial, eu faço o destaque de que o setor de telecomunicações é muito importante, porque hoje há um *chip* que se coloca num animal, há a colheita de grãos que se faz pelo campo com máquinas monitoradas. Isso faz com que telecomunicações sejam um insumo para toda essa produção.

Então, eu fico contente de o senhor também dar atenção a essa parte da economia brasileira, pois a agricultura já é importante e será muito, muito mais importante ainda em função das terras que são propensas à agricultura aqui no País. Principalmente agora, com a vinda da oportunidade da Internet das coisas e essa conectividade toda, vai-se incrementar mais, vai-se fomentar mais essa produção agrícola, e, com isso, o Brasil se tornará ainda mais competitivo.

A questão que o senhor levantou em relação à liminar, eu creio que se refere a satélite. De satélite, no caso, nós não falamos muito, nós apenas demos a outorga à TELEBRAS para que ela pudesse operar, e foi por inexigibilidade de licitação, em função da justificativa que ela apresentou, à época, à ANATEL. É claro que eu posso, então, aqui testemunhar, sem entrar no mérito da liminar que está em curso, que o satélite é de nova geração, importantíssimo, porque, aos satélites que são explorados pela iniciativa privada



— eu fiz um comentário nos últimos eventos do setor —, há uma limitação em termos... Eu fiz até um paralelismo com aquela linha que vem lá da minha cidade, que é Belém, e vai até o Rio Grande do Sul, que eu chamei... Eu chamei, não, é o Tratado de Tordesilhas. Essa linha desse tratado precisa caminhar mais rapidamente em direção a oeste, uma vez que hoje, a demanda, que é importante economicamente para os negócios de telecomunicações, está mais centrada à direita da linha do Tratado de Tordesilhas, que corta o Brasil de Belém até o Sul. Até em Brasília eu sei de muitas pessoas que já são atendidas por satélites privados em banda Ka que permitem sim a conectividade com os 10 megabits por segundo. Mas o satélite da TELEBRAS seria importantíssimo para suprir a necessidade de aonde a iniciativa privada não está chegando.

Vem agora um segundo posicionamento de satélite, em posição orbital, com segmento espacial, iluminando grande parte do território brasileiro. Mas ele não chegará ainda aos Estados de Mato Grosso, Acre e à grande parte do Amazonas, que vão continuar ainda sem a cobertura, que nós chamamos ou *spots* que iluminam o território ou, como chamam as empresas de satélite, *beams*, com tecnologia de banda Ka. Eu vou tentar não ser engenheiro aqui — eu sou —, mas esses pontos que iluminam o País são dirigidos também pela engenharia de concepção dos satélites e são dirigidos, principalmente nos satélites privados, para onde há importância econômica rentável. Os lugares onde não há tanta rentabilidade não são iluminados. Com isso, o que se sabe do projeto do satélite da TELEBRAS é que ele iluminaria todo o País, sem deixar de fora nenhum ponto do território brasileiro.

Quisera aqui, então, que se solucione esse problema, para que esse satélite possa efetivamente ser utilizado e acabar, por exemplo, com a dificuldade que eu tenho, algumas vezes, de atender um Deputado que me vem cobrar algo em relação à Tangará da Serra, que é um lugar importante no Estado de Mato Grosso, que tem uma grande produção agropecuária, de gado e de soja. Não o senhor, mas há colegas seus que vão até a ANATEL para me fazer ponderações a respeito. E já houve uma primeira ida não só de um Parlamentar, mas do Prefeito. Na segunda visita, já não foram mais um Deputado e o Prefeito, foram o Presidente da Associação Comercial e o representante do Conselho Regional de Engenharia para entenderem qual é a dificuldade, por que que não se ilumina Tangará da Serra.



Mas, além de Tangará, é possível citar todos os Municípios do Estado do Acre, que são mais de 20, ou todo o oeste do Estado do Amazonas, chegando até Tabatinga, por exemplo, que faz fronteira com Peru e Colômbia, onde a necessidade local poderia ser muito bem resolvida com o satélite da TELEBRAS.

Sobre proteção de dados, questão que o senhor também levantou, nós temos um sistema, que está na mídia esses dias, que justamente é gerenciado pela nossa superintendência de relações com os consumidores. Os dados disponíveis nesse sistema, Deputado, são protegidos por nós. A Agência não entrega qualquer informação de que dispõe nesse sistema, justamente para a proteção do consumidor, nem eventualmente. A exceção é quando há alguma determinação judicial, que é possível, alguma solicitação judicial para que alguma informação seja prestada.

Mas a informação de que nós dispomos no sistema, justamente em função de todo o atendimento que fazemos com o *call center* da ANATEL, é toda protegida. Nenhum vazamento, seja qual for, é permitido pela Agência. Há um efetivo controle da segurança dessa informação. Então, o que foi divulgado esses dias na mídia nos chamou a atenção, e tratamos de verificar como estão os requisitos de segurança desse sistema. Ele está totalmente protegido. Ninguém tem acesso a ele. É um sistema justamente para a defesa do consumidor e para uso exclusivo da ANATEL. E nada dali é liberado ou vazado para quem quer que seja.

Tentei responder as suas perguntas. Não sei se respondi a todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Goulart. PSD - SP) - Agradeço muito ao Dr. Juarez Quadros.

Quero aproveitar para agradecer a toda a sua equipe, que sempre nos prestigiou. Ela já esteve falando sobre o panorama da Agência.

Saio nesta tarde com o sentimento do dever cumprido. Tenho um respeito muito grande pela ANATEL, por tudo que os senhores representam e pela importância da Agência para o desenvolvimento do nosso País. Estamos muito focados hoje aqui no Congresso. E me deixou contente essa convocação do Congresso para estarmos 24 horas no ar, focados na solução da crise que estamos vivendo.

O senhor pôde discorrer, respondendo à pergunta do Deputado Sandro Alex, sobre a preocupação da ANATEL de estar participando desse comitê de crise, uma vez que a Agência tem as reservas necessárias de combustível para, no caso de emergência, não haver interrupção nas comunicações.





Acho que esse papel é do Parlamento. Na semana passada, fiquei muito preocupado, porque dá a impressão de que o Congresso não vive este momento. É aqui que se discutem ideias e onde temos que encontrar as soluções.

Particpei durante 1 ano de uma Comissão Especial para discutir toda essa pauta que está havendo por parte dos caminhoneiros, que eu digo que não é um problema dos caminhoneiros, é um problema de cada cidadão, da mãe que tem uma criança na creche, da criança que está na creche, das pessoas que estão em hospitais.

Eu estava desenvolvendo um trabalho social nesse fim de semana. O presidente de um grande hospital sempre nos prestigia nesses eventos que realizamos e esteve lá dizendo da preocupação, da dificuldade e da ignorância, muitas vezes, das pessoas mais abastadas. É um hospital com tecnologia de ponta, um dos melhores do Brasil e da cidade de São Paulo, mas, por precaução, eles suspenderam todas as cirurgias porque poderia haver alguma intercorrência: poderiam cortar o fornecimento de energia, a reserva de combustível para funcionamento dos geradores não era tão grande; havia também o problema com o transporte de oxigênio, que poderia estar comprometido. As pessoas que dependem do SUS entendiam perfeitamente a necessidade da suspensão das cirurgias que não fossem de emergência. As pessoas mais abastadas gritam, fazem barulho, porque não aceitam, porque pagam caro por um convênio.

Então, nós precisamos realmente estar prevenidos. E o Congresso Nacional deve discutir essa problemática que vivemos. É importante sabermos o quanto avançamos.

Algumas pessoas que já estiveram comigo sabem da minha ligação com a comunicação. Eu nasci numa cidadezinha do interior de Minas Gerais, Dr. Juarez, — sei que o senhor é do Pará —, onde a única comunicação que tínhamos era o rádio. E, devido àquela ligação com o rádio — e com muita dificuldade localizávamos algumas estações —, sou um pequeno colecionador de rádios e tenho uma quantidade grande de aparelhos. Todos eles funcionam. Veja o quanto evoluímos, mas eu, hoje, mantenho um rádio na cabeceira da minha cama; no banheiro; na cozinha, onde tomo café; e no quintal, onde leio o jornal. Eu leio jornal ouvindo rádio. E também no meu carro estou sempre ligado ao rádio, ora ouvindo músicas, mas sempre ouvindo notícias. Acho que eu não conseguiria viver sem o rádio.



Tenho certeza da importância da ANATEL e quero, na pessoa do Dr. Juarez Quadros, agradecer a toda a equipe da Agência e colocar a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia à disposição.

Em havendo sugestões, além dos projetos que os senhores encaminham para esta Casa, eu gostaria que pudessem encaminhá-las não só a mim, mas aos Deputados vocacionados para este trabalho nesta importante Comissão da Câmara dos Deputados, sugerindo propostas legislativas, para que nós possamos cada vez mais aperfeiçoar a legislação, de maneira a não criarmos problemas para esses importantes segmentos.

Na semana passada até, tive a oportunidade de estar ao lado do Dr. Juarez num importante encontro do setor de telecomunicações, mais especificamente de telefonia celular. Todos os dias aparecem projetos para o desligamento dos celulares em penitenciárias. As pessoas, os diretores das empresas falam sobre as dificuldades que eles têm para isso, pois não é *expertise* das empresas de telefonia celular fazer o desligamento, mas sim a conexão.

Existem sim empresas especializadas que vendem equipamentos para desligamento. E há o problema de segurança pública, pois muitas vezes, quando se aproxima um veículo de uma empresa de telefonia, as pessoas são ameaçadas de morte, sequestro e uma série de outras coisas.

Nós temos que viver o Brasil para entender o Brasil. Não basta apenas nós acharmos que dá para fazer as coisas, devemos ter conhecimento de causa. Então, tem sido realmente uma escola para mim a participação nesta Comissão.

Muito obrigado, Dr. Juarez e cada um dos senhores e das senhoras que puderam vir aqui abrilhantar esta audiência pública.

Eu quero desconvoar a reunião de amanhã em função da Comissão Geral na Câmara e dar por encerrada a nossa reunião.

Caso o Dr. Juarez queira fazer algumas considerações antes do encerramento, fique à vontade.

**O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO** - Obrigado, Deputado.

Para nós, é sempre uma satisfação atender aos chamamentos para vir à Casa, a qualquer das Comissões, mas principalmente a esta, que é mais afeta a nós. E também, de público, quero dizer da condição de aqui estar, principalmente, em função da confiança que nos é depositada por parte do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e



Comunicações, Gilberto Kassab. Eu tive a distinção, convidado por ele, de vir compor o time da ANATEL. Sei do relacionamento do Deputado Goulart com o Sr. Ministro. Faço esse destaque aqui e também para dizer que, em tudo que a agência tem demandado, o Ministro Kassab tem sim nos facilitado, ouvido e prestigiado.

Obrigado, Deputado, pelo convite. Aqui estaremos sempre que formos chamados.

**O SR. PRESIDENTE** (Goulart. PSD - SP) - Quero apenas informar que o Dr. Juarez tem um compromisso às 16h30min e que eu também tenho uma reunião com o Ministro Aloysio Nunes Ferreira.

Quero também cumprimentar o Ministro Gilberto Kassab, que é uma pessoa que já presidiu esta Comissão. Eu sempre digo que, em qualquer momento em que estou com ele — e tive a oportunidade de ser Vereador em São Paulo na época em que era Prefeito —, ele sempre procurou montar times de excelência. Ele é o Tite, da seleção brasileira. E o Tite, não sei se os senhores sabem, só convocou corintianos. Já expliquei isso para Juarez e para a equipe dele. Não vou dizer aquele detalhe final, mas é verdade. *(Risos.)*

Convoco a próxima reunião desta Comissão para o próximo dia 6, às 10 horas.

Tenham todos uma boa tarde. Saudações corintianas.